

ARQUITETURA E ESPAÇO-USO: POR UMA ABORDAGEM DESCRITIVA E INTERPRETATIVA DOS ESPAÇOS ABERTOS

Jaime Gonçalves de Almeida¹
cantoar@unb.br

Resumo: questiona-se a noção de espaço freqüente nas escolas de arquitetura e urbanismo e, também, nas reflexões de escritores onde ela é reduzida ao projeto. Em contra posição, evidencia-se o uso, isto é, o espaço-uso como um conceito-chave para o conhecimento mais amplo do espaço da arquitetura especialmente de seus espaços abertos. O uso significa presença de pessoas envolvidas em atividades e interação social no espaço. Na compreensão do espaço-uso são utilizados conceitos provenientes de Henry Lefebvre e, na sua descrição, dois procedimentos, quais sejam: o processo sistemático-numérico que se utiliza da estatística e o hermenêutico, da reflexão. É sugerido um conjunto de variáveis para a descrição e interpretação dos espaços abertos enquanto espaço-uso. Conclui-se que o emprego conjunto daqueles dois processos no conhecimento do espaço é viável. Para tanto, eles devem ser aplicados de modo articulado.

Palavras-chave: projeto de arquitetura, lugar, método, habitar, hermenêutica.

***Abstract:** the usual idea about space on the architectural teaching concerns exclusively to space in architectural design. However, space in architecture and urbanism implies in utilization and for its analysis we employ the concept of space-use. It means people engaged in activity and social relationships into an architectural environment. We also discuss a group of variables for the space-use description and interpretation especially for the open spaces and also review two main methods for its description and understanding: the quantitative approach that deals with numeric data and statistical techniques and the qualitative approach related to hermeneutics. Our findings showed both approaches can work together, but they must be applied in different stages of the space description.*

***Key-words:** design in architecture, locus, method, habitat, hermeneutics.*

INTRODUÇÃO

A historiografia recorrente no ensino das escolas de arquitetura e urbanismo federais acerca do espaço trata com exclusividade de sua relação com o projeto e seus autores. O conceito de espaço da arquitetura e a concepção de projeto são vistos como se fossem uma só coisa.

¹ Arquiteto, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB, *PhD* pela *Architectural School of Architecture - AA, Graduate School, Londres*, 1994.

Essa concepção exclui uma das dimensões importantíssimas do espaço em arquitetura, isto é, sua utilização face às práticas sociais. Tal exclusão leva o projetista a supervalorizar os ambientes internos em detrimento dos externos e abertos da edificação, assim como o aprendizado da arquitetura e urbanismo tende a perder de vista a realidade. Doravante utilizaremos a palavra composta espaço-uso para proceder à análise do espaço da arquitetura.

Desde o passado distante até o presente, esse expediente vem sendo utilizado largamente no exercício profissional e no ensino-aprendizagem da arquitetura. Calçado nele, as escolas de arquitetura e urbanismo desenvolvem práticas pedagógicas visando a sua decodificação e reprodução naquilo que mais lhes interessam: a exclusividade e singularidade do projeto e, por conseguinte, do espaço arquitetônico segundo a imaginação do arquiteto-projetista.

Para enfocar esse problema, analisaremos dois exemplos representativos da abordagem do espaço sob tal ótica. Um se refere à arquitetura da antiguidade grega com seu desdobramento na romana e na do Renascimento e, o outro, à arquitetura moderna. Com relação à arquitetura grega, tomaremos como referência a principal obra de Marcus Vitruvius Pollio, ou simplesmente Vitruvius (1960) e, quanto à arquitetura moderna, trabalharemos com Benévolo (1974) e Gideon (1954).

Na discussão do espaço-uso daremos ênfase a uma das principais dimensões do espaço da arquitetura, a vivência. Aliás, essa questão é trabalhada na literatura especialmente sob a forma de romance, quando lida com o habitar e o lugar, mas outras dimensões serão consideradas neste trabalho como, por exemplo, a da prática social. O geógrafo Milton Santos (2008) a considerou levando em conta a produção do espaço sob o enfoque da tecnologia.

Foi Lefebvre (1991) quem melhor estabeleceu, porém, a noção de espaço ao trabalhar conceitualmente a sua totalidade. O autor concebe o espaço a partir das seguintes associações: (a) vivência humana com a noção de lugar; (b) representação com o projeto; (c) percepção com as práticas sociais.

Tendo por base essa tríade conceitual, procura-se discutir aqui um conjunto de variáveis voltadas para a descrição e interpretação do espaço aberto em arquitetura e urbanismo. No decorrer da discussão, revisaremos o conceito de espaço da arquitetura bem como os dois principais processos utilizados no seu conhecimento: o processo quantitativo e o qualitativo, isto é, o sistemático-numérico e o compreensivo-interpretativo. O trabalho visa, sobretudo, contribuir para o conhecimento do espaço da arquitetura e o seu ensino-aprendizagem.

Na análise do espaço-uso, primeiramente discutiremos o conceito de lugar associado à vivência. Levaremos em conta as posições de Martin Heidegger (2001) e Otto Friedrich

REVISTA DE ESTÉTICA E SEMIOTICA, BRASÍLIA, V. 1, N. 1 P. 21-38, JUL./DEZ. 2011

JAIME GONÇALVES DE ALMEIDA

Bollnow (1996). Discutiremos também os citados processos (estatístico e hermenêutico), empregados na descrição e interpretação do espaço da arquitetura. Convém lembrar que nosso foco são os espaços abertos.

Dilthey, segundo Hans-Georg Gadamer (2007), coloca esses processos em oposição. O próprio Gadamer (*idem*, p. 414) afirma que “para os gregos, a ciência, representada pelo paradigma da matemática, é um saber do inalterável, que repousa sobre a demonstração e, por conseguinte, qualquer um pode aprender”. Já a hermenêutica está “às voltas com coisas que nem sempre são o que são, que podem ser também diferentes”. Para nós, entretanto, a análise quantitativa e a análise reflexiva podem ser complementares. É o que tentaremos evidenciar neste artigo.

Sabe-se, no entanto, que tais processos possuem características diferenciadas. Por exemplo: o processo de abordagem quantitativa do espaço-uso trabalha com o que há de imediato e palpável na ocupação – as pessoas e o que elas fazem em termos de atividades sociais. Radiografa o uso na sua periodicidade e identifica seus padrões levando em conta o tempo, as condições ambientais, entre outras. Resume-se, portanto, em um processo descritivo e sequencial, indo do particular para o geral.

Por sua vez, a hermenêutica se desenvolve em um movimento ascendente e descendente, isto é, das partes para o todo e vice-versa. Busca decifrar o sentido principal do espaço-uso a partir da percepção, da vivência e, sobretudo, da reflexão. De acordo com Ranke, segundo Gadamer (2007, p. 291), a hermenêutica detecta a “orientação do movimento” ao longo do tempo, ou melhor, sua historicidade.

O processamento dos dados estatísticos e seu entendimento são diretos e padronizáveis. No entanto, a hermenêutica, ainda Gadamer acompanhando Schleiermacher (2007, p. 261), ressalta que ela “não pode ser mecanizada como se fosse mera aplicação de regras: o adivinhatório continua indispensável”. É, portanto, para Gadamer (*idem*, p. 263) um “movimento circular”, onde “nada do que se deve interpretar pode ser compreendido de uma só vez”.

Vale relembrar que a discussão desses dois procedimentos terá como pano de fundo os espaços abertos. Entre os exemplares mais representativos destes espaços se encontram os avarandados, as circulações externas, as entradas, os gramados, os jardins, as marquises, os passeios e os pátios internos e descobertos. No entanto, o uso desses espaços está sujeito às variações climáticas, mas o acesso a eles é livre, as instituições sociais convizinhas não interferindo de forma aberta no seu funcionamento.

Este trabalho acha-se dividido em três partes principais, a saber:

- 1) espaço da arquitetura, onde são analisados o conceito de espaço-uso e as principais categorias para o seu conhecimento e descrição;
- 2) espaço-uso e espaço aberto, divide-se em duas sub-partes, a) apresenta as principais três variáveis para a descrição de sua ocupação – o ambiente, a visibilidade e a ocupação – em consonância com aquelas categorias estabelecidas por Lefebvre (1995); b) compara os dois métodos mencionados para a análise do espaço, o sistemático-numérico e compreensivo-reflexivo; e, finalmente, 3) conclusões.

ESPAÇO DA ARQUITETURA

A espacialidade na arquitetura e sua concepção no projeto são entidades diferenciadas, embora elas possam ser relacionadas entre si. Pois, a primeira trata da totalidade real do espaço, enquanto a segunda trata de representações.

Lefebvre (1995) percebeu muito bem esta problemática, conseguindo discernir a totalidade do espaço de acordo com tais categorias. Nesse sentido, afirma que (*idem*, p. 39): “*I merely wish to point up the dialectical relationship which exists within the triad of the perceived, the conceived, and the lived*” (Eu simplesmente desejo ressaltar o relacionamento dialético que existe na tríade do [espaço] percebido, do [espaço] concebido, e do [espaço] vivido – nossa tradução).

As três ações sociais que concorrem para a existência do espaço são, para ele, a convivência e interatividade social (espaço vivido), a ação de projeto e o planejamento (espaço concebido), mas, também, a organizacional, produtiva e reprodutiva (espaço percebido). A seguir, apresentaremos o significado das três categorias:

(a) o espaço vivido, o mesmo que espaço representacional, significa vivência, tendo algo com a dimensão física e sensível do espaço especialmente ao habitar e lugar, memória e história, infância e grupo familiar, abriga manifestações comunitárias de cunho religioso, político e cultural afora os acontecimentos significativos, a exemplo das datas e dos eventos que ocorrem nos espaços sagrados ou simbólicos como as praças e edificações, a exemplo dos monumentos e templos;

(b) o espaço concebido é o mesmo que o projetado, referindo-se ao projeto e ao planejamento, o que significa espaço da representação, isto é, espaço organizado por profissionais – arquitetos, engenheiro, desenhista industrial, entre outros –, assim como por

JAIME GONÇALVES DE ALMEIDA

artistas e cientistas sociais, destacando-se aí a linguagem e o seu universo – códigos, símbolos e imagens – constituindo uma modalidade de espaço cada vez mais presente nas cidades; e, finalmente

(c) o espaço percebido, que engloba os aspectos prático-funcionais da cidade (sociedade) manifestadas nas atividades sócio-econômicas, o mesmo que espaço da prática social, o dia-a-dia dos diferentes subsistemas sociais – indústria, lazer, habitação, comércio, etc. – pelos quais a vida se faz, desfaz e refaz socialmente, economicamente e biologicamente.

Estas categorias analíticas do espaço podem ser aplicadas perfeitamente ao conhecimento dos espaços abertos, pois tais espaços são relevantes para a arquitetura e o urbanismo na medida em que constituem territórios onde a vida insitucional e pública se encontram. São os espaços inerentes às edificações de grande porte, como as educacionais, universitárias e os centros de treinamento profissional; as recreativas, como os clubes, centros de diversão e unidades de vizinhança; as culturais, como os museus; e as militares, como os quartéis.

Nos espaços abertos dos edifícios habitacionais – pátios internos e externos, oitões e corredores, gramados e áreas abertas – a presença de jovens e idosos é uma realidade. Já nas edificações educacionais, acontecem os encontros informais e até alguns formais de alunos, professores, funcionários e visitantes, contribuindo dessa forma para a estruturação das atividades didática-pedagógica da edificação. Sem essa modalidade de espaço e da forma conforme seu uso, a escola jamais cumpriria plenamente suas funções sócio-culturais.

Entre os espaços externos abertos e os internos cobertos das edificações há diferenças gritantes. Por exemplo: o controle da ocupação é nestes (espaços internos) mais intensa do que naqueles (espaços abertos). Além do mais, os conflitos entre diferentes grupos sociais nos espaços abertos são resolvidos neles mesmos.

Os espaços abertos possuem características de espaço público. Podemos afirmar que eles são uma categoria exclusiva dessa modalidade de espaço, pois neles ocorrem algumas das atividades peculiares de praça urbana. São, por exemplo, a irreverência e a brincadeira, a festa e o carnaval, as inversões e confrontações, conforme se pode depreender de Bakhtin (2008). Há mais uma questão levantada por este autor que nos remete aos espaços abertos. Segundo ele (*idem*, p. 309): “trata-se de uma característica extremamente típica do cômico popular. Toda *lógica dos movimentos do corpo*, visto pelo cômico popular (e que se pode ver hoje nos espetáculos de feira e no circo), é uma *lógica corporal e topográfica*”. (grifo do autor)

E, finalmente, notamos mais uma oposição acentuada entre a configuração física do espaço situado no interior do edifício e fora dele. O espaço interior da edificação caracteriza-

REVISTA DE ESTÉTICA E SEMIOTICA, BRASÍLIA, V. 1, N. 1 P. 21-38, JUL./DEZ. 2011

JAIME GONÇALVES DE ALMEIDA

se pela fragmentação e pelo controle institucional das atividades que nele ocorrem. Já no espaço aberto “público”, o mesmo não ocorre com tal intensidade, visto que ele é destituído de fronteiras e repartições físicas.

Contudo, o que mais diferencia o espaço aberto dos demais espaços edificados é sem dúvidas a copresença e o fluir livre de suas ações. O conceito de copresença engloba a “pertença” e o pertencimento, ou melhor, o morar. Para Gadamer (2009, p. 45): “o ser da presença humana é um ser histórico” assim “a historicidade, isto é, a temporalidade é o ser mais originário do que o ser simplesmente dado, que a ciência natural busca conhecer”.

Guy Debord, apercebendo-se da potencialidade do espaço aberto na cidade, vislumbrou a possibilidade de induzir a mobilização social, em outras palavras, a agitação político-social. Segundo Jappe (1999, p. 81), Debord a batizou de “construção de situações” que se daria “pela busca e pela experimentação”.

O autor, ainda Jappe (1999, p. 83), levou em conta os efeitos e as sensações da “ambiência urbana” sobre “o estado de espírito” dos ocupantes do espaço urbano para a sua mobilização. Julgava ele que a “ambiência material e de comportamento” (*idem*, p 90) eram decisivas para a tomada de consciência do cidadão. Embora, para a mobilização, fosse necessário o consórcio da arte-ação. Debord se interessou particularmente pelo teatro, pois o espaço urbano lhe possibilitava o lócus apropriado para este tipo de manifestação.

O termo que melhor expressa o que Debord tinha em mente é o de “*psico-geografia*” (grifo do autor). Seguindo Jappe (1999, p. 147), encerra-se neste conceito a idéia de jogo e, sobretudo, de força social. A estratégia imaginada por Debord consistia em incentivar as pessoas a se insurgirem contra a “sociedade do espetáculo”. Gadamer (2007), entretanto, amplia este entendimento ao associar força à liberdade. Concorre para ela, segundo Heidegger *apud* Gadamer (*idem*, p. 341), a “factabilidade da copresença”. E Marx (Bobbio, 1992) havia ampliado ainda mais tal conceito, incluindo nele o conceito de práxis.

Entretanto, a literatura utilizada nas escolas de arquitetura e urbanismo reduz drasticamente esse universo. Vejamos alguns exemplos significativos dessa abreviação espelhada na literatura relativa ao espaço. Iniciaremos com Vitruvius. Nele, a noção de espaço é construída a partir da descrição e decodificação da arquitetura-artefato. O seu processo de descrição do espaço é calcado em padrões arquitetônicos determinados aprioristicamente, entre eles encontram-se, por exemplo, fórum, basílica, teatro, banho público e prisão.

Identificados os padrões formais da arquitetura das edificações, a atenção do autor passa para seus componentes arquitetônico-construtivos e, também, suas plantas. Assim, o espaço e o objeto arquitetônico construído se completam na medida em que o segundo (objeto)

JAIME GONÇALVES DE ALMEIDA

delimita o primeiro (espaço). Assim, sólidos geométricos básicos como o cubo, o cilindro e o paralelepípedo representam diferentes modalidades de espaço-uso. Nesta acepção de espaço, resta ao projetista a organização dos componentes segundo regras prefixadas de composição. Completa essa noção o apartamento radical entre o interior e o exterior da edificação. Como foi visto, na descrição da arquitetura por Vitruvius, o envoltório arquitetônico assume papel preponderante. É o que convencionalmente se chama de forma projetada e construída da arquitetura.

Porém, no Renascimento europeu, Leon Battista Alberti (1986) reduz ao mínimo o valor da descrição e leitura do artefato da arquitetura antiga – a grega e romana – e, sobretudo, da história para a elaboração do projeto de arquitetura. A questão do uso parece que não estava no centro de suas cogitações. Em contrapartida, elege a concepção do projeto como decisiva para a arquitetura da edificação. Desta forma, recoloca em outros termos a questão da autoria do projeto de arquitetura e, conseqüentemente, do espaço da arquitetura. Em decorrência dessa concepção de projeto e espaço, Alberti alça o arquiteto da condição de técnico ou artista para a de intelectual. Zevi (1958, p. 68) resume muito bem essa orientação ao afirmar: *“Todo el esfuerzo del Renascimento consiste en acentuar el control intelectual del hombre sobre el espacio arquitectónico”*.

A arquitetura moderna, em particular aquela conectada com o movimento moderno da arquitetura e urbanismo surgido no período pós-revolução industrial do século 19, radicalizou a questão da autoria em termos semelhantes aos do Renascimento. Procurou igualmente vincular o espaço da arquitetura ao espaço concebido pelo autor. Um dos escritores presente nas escolas de arquitetura e urbanismo que expõe com clareza este viés é Leonardo Benévolo.

Sua maior preocupação em descrever a arquitetura recai naqueles aspectos relativos à concepção da arquitetura espelhados no volume arquitetônico projetado, isto é, o sólido geométrico. O autor utiliza dois expedientes conceituais: a forma arquitetônica, que se resume ao tectônico – estrutura, vedações e cobertura, ou melhor, ao envelope da edificação – e, o “vazio” interior, ao espaço. Os comentários de Benévolo (1974) não deixam dúvidas a este respeito. Por exemplo. Referindo-se à obra de autoria de Joseph Hoffman (1870-1956), um arquiteto da *art nouveau*, o autor (*idem*, pp. 332-333) observa:

El edificio aparece como un bloque de fábrica pintada de blanco, coronado por una sencilla galeria y perforado por ventanas de formas diversas. Sólo una hilera de baldosas a cuadros blancos y azules recorre cada arista, con objeto de obtener la deseada transposición de los efectos volumétricos a un plano.

Mesmo assim, foi o próprio modernismo quem introduziu no projeto os estudos sistemáticos acerca do programa de necessidades e utilização dos espaços. A partir daí, conectou-se a edificação com a cidade e se introduziu na prática do planejamento urbano a equipe interdisciplinar. E, não menos importante, o modernismo na sua fase tardia descartou a demarcação entre o espaço – conteúdo – e a forma construída – continente, por um lado, e, por outro, entre o interior e o exterior da edificação.

Gideon (1954) analisou em termos conceituais e práticos a interdependência entre o espaço concebido e o edificado colocando em evidência a dimensão representacional (vivência) do espaço da arquitetura. Embora este autor não se referisse diretamente ao conceito de espaço-uso, destacou uma de suas principais variáveis, o tempo que ele foi buscar no cubismo especialmente na sua técnica de representação. O cubismo é conhecido como um movimento artístico do início do século 20 que procurava colocar em uma só representação as múltiplas percepções do objeto em foco. A questão central dessa representação pictórica é a noção de simultaneidade.

Para Gidion (1954), o tempo na arquitetura é a percepção de uso. Ele exemplifica essa noção na Villa Savoye de Le Corbusier. Sendo ela uma edificação aberta ou vazada em todas as direções (“queijo suíço”) seus ambientes podem ser vistos simultaneamente de dentro para fora e de fora para dentro. Assim, Gideon (*idem*) associa ao tempo o conceito de movimento (atividades), isto é, tempo-movimento, o que evidencia no “espaço-tempo” da arquitetura a variável uso.

No entanto, a geografia vê o espaço pela ótica das relações entre as atividades sociais (práticas sociais) e o território no seu todo, mas seu foco se concentra nos produtos dessas relações (território físico). Um dos geógrafos que desenvolveu este viés foi Milton Santos. Ele sugere (2008, p. 21) que “o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”. Completa ele (*idem*, p. 40): “é o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica [social]”. Os objetos são, portanto, meio ou produto que deve sua existência ao contexto técnico. E, as ações, às atividades sócio-econômicas de um modo geral.

O autor (2008, p. 22) prossegue apontando as principais categorias analíticas do espaço, quais sejam: “a paisagem, a configuração territorial, as rugosidades e as formas-conteúdos” que são modeladas pela “técnica”, “tempo” e “intencionalidade”. Já a noção de “forma-conteúdo” se refere à “inseparabilidade” das ações – atividades, dos objetos – artefatos. A “intencionalidade” galvaniza as atividades com os objetos dando-lhes significação. E, por

REVISTA DE ESTÉTICA E SEMIOTICA, BRASÍLIA, V. 1, N. 1 P. 21-38, JUL./DEZ. 2011

JAIME GONÇALVES DE ALMEIDA

“técnica” (*idem*, p.37), a influência do “agente” na “matéria” por meio do “instrumento” que resulta na produção dos objetos e processos.

Em síntese, Milton Santos trata da produção do espaço na escala territorial, cuja categoria central é a tecnologia. Vejamos a seguir de forma abreviada as implicações da técnica no conceito do espaço sob a ótica de outros autores.

Heidegger (2001) discute dois aspectos envolvidos nos termos técnica e tecnologia. Segundo o autor (*idem*, p. 12), técnica é “instrumento, em latim *instrumentum*” que implica na “pro-dução” e no “pro-duzir” (p. 16). O primeiro termo (produção) se refere ao trabalho humano e, o segundo (produzir), diz respeito à natureza. No entanto, o autor amplia ainda mais este significado ao associar a técnica a três outros conceitos, a saber: “descobrimento”, “disposição” e “composição”.

“Descobrimento” significa para ele a condição de “abertura” do conhecimento para a “exploração que [o homem] impõe à natureza” (2001, p. 19). Porquanto na “disposição” e “exposição”, o homem “dis-põe da natureza” (*idem*) visando satisfazer as suas necessidades. Com efeito, acrescenta o autor (p. 32), há o “des-co-brir-se pro-dutor” e o “des-cobrir-se explorador”. E, finalmente, o termo “com-posição” (p. 24), que significa organização, é para o autor (p. 28) a “essência da técnica moderna”.

Em Marx, a organização calcada na cooperação, no caso da manufatura industrial (fábrica), dá origem ao espaço. O autor (2002, p. 391) observa que o espaço da manufatura “nasce quando são concentradas numa fábrica [espaço], sob o comando do mesmo capitalista, trabalhadores de ofícios diversos e independentes, por cujas mãos têm de passar um produto até seu acabamento final”. Continua o autor (*idem*): “o mesmo capital reúne, ao mesmo tempo, na mesma oficina [espaço], muitos trabalhadores que fazem a mesma coisa ou a mesma espécie de trabalho”. Denomina-o de “cooperação simples”. Acrescenta: “contudo, circunstâncias externas logo levam o capitalista a utilizar de maneira diferente a concentração de trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos”.

Quanto ao conhecimento do espaço produzido socialmente, Lefebvre (1995) expõe as seguintes categorias cujo fundamento é a sensibilidade humana, quais sejam: a) experiência; b) representação; e c) percepção (conhecer, classificar). Essas categorias nos levam a noção de lugar, isto é, espaço vivencial que ocupa um lugar privilegiado no ensino-aprendizagem da arquitetura.

Em Martin Heidegger, o termo lugar e habitar (morar) se confundem. Nota o autor (2001, p.125) que “nem todas as construções são habitações”, melhor dito, “moradias, moradas”, embora “o construir tem aquele, o habitar, como meta”. Segundo ele (*idem*, p.129),

REVISTA DE ESTÉTICA E SEMIOTICA, BRASÍLIA, V. 1, N. 1 P. 21-38, JUL./DEZ. 2011

JAIME GONÇALVES DE ALMEIDA

habitar significa “resguardo” o mesmo que “de-morar-se dos mortais sobre a terra”, “instância e circunstância” (p. 133) e o espaço, o “espaçado, arrumado, liberado num limite” (p.134).

Por sua vez, Bollnow (1969, p. 25) vincula igualmente lugar à existência. Trata-se do “*espacio vivencial*” e da “*vivencia del espacio*” o que compreende o “*espacio tal y como se manifiesta en la vida humana concreta*”. Porém o autor (*idem*, p. 70) acrescenta-lhe o conceito de “lugares predilectos”, o que significa algo especial e diferenciado para as pessoas. Idêntico significado encontra-se em Gadamer (2007, p. 108) que equipara “vivência” com “sentimento vivo” opondo-se à “positividade”. Conclui o autor (*idem*, p. 113): o lugar da vivência é a “referência com a vida”.

Contribui significadamente para a qualidade espacial mencionada a configuração e ambiência arquitetônicas. São elas formadas pelas amenidades que englobam tanto o conjunto das condições físicas quanto das ambientais (clima, etc.) e simbólicos.

Quanto às condições físicas, destacam-se a localização, os predicados especiais – campo visual, sonoro, olfativo e sinestésico –, a configuração geométrica além dos equipamentos – móveis, muretas, totens, escadarias, etc. – das superfícies pavimentadas – pisos, calçadas, passeios – e das áreas verdes – gramados, jardins, entre outros.

O ESPAÇO-USO E ESPAÇOS ABERTOS

Variáveis para descrição dos espaços abertos

Vimos que Lefebvre (1995) emprega três categorias a partir do sujeito da ação para o conhecimento do espaço da arquitetura. Entretanto, para que sua descrição e compreensão, as categorias analíticas estabelecidas por este autor precisam ser convertidas em variáveis operacionais destinadas ao levantamento do espaço. A partir de Almeida (1994), temos as seguintes equivalências:

- 1) a categoria (a) espaço vivido e físico, em suma, representacional com (a1) a variável ambiente que engloba as condições físicas do espaço como, também, as simbólicas no que tange à “discursividade”, segundo Orlandi (2001);
- 2) a categoria (b) concepção que trata da representação e da configuração espacial com (b1) a variável visibilidade que se refere à forma arquitetônica especialmente à geometria do espaço;

- 3) e, finalmente, categoria (c) que se refere à dimensão percebida e prática social com (c1) a variável ocupação onde se incluem as atividades sócio-econômicas sejam elas formais ou informais.

Assim temos, de um lado, os seguintes pares de categorias para o conhecimento do espaço-uso em Lefebvre (a) percepção, (b) concepção e (c) vivência e, de outro lado, as variáveis descritivas (a1) ambiente, (b1) visibilidade e (c1) ocupação.

Estas variáveis do espaço-uso visam apoiar o pesquisador-intérprete na coleta de dados ou informações dos espaços ocupados pelo processo de levantamento – visitas periódicas ao ambiente de acordo com horários e trajetos prefixados acompanhados de anotações sistemáticas. Tal processo é conhecido como trabalho de campo. Nele, o levantamento de cada uma das variáveis mencionadas requer procedimentos e equipamentos específicos. Por exemplo, com relação à variável (a1), conforto ambiental, os principais dados climáticos a serem coletas são principalmente a temperatura do ar, em algumas situações a radiante, a luminosidade, a presença da luz do sol ou da sombra no espaço. Nas regiões batidas pelo vento, sua velocidade e direção devem ser consideradas.

Quanto (b1) à configuração do espaço sobressai a visibilidade que é uma das variáveis-chave do levantamento arquitetônico em si tratando dos espaços abertos. Convém lembrar que esta variável não exclui as demais qualidades do espaço da arquitetura já mencionadas como, por exemplo, a auditiva, a sinestésica, a sensitiva e a olfativa.

Há uma técnica específica para a elaboração do mapa visual, a isovista, aplicada à superfície do espaço. Entretanto, outra técnica deve ser adicionada a esse mapa, o ciclorama, cuja representação permite verificar e qualificar a extensão e profundidade do mapa isovista, ou seja, do campo visual do usuário abrangendo a superfície plana do espaço (pisos). Essas técnicas acham-se descritas em Almeida (1994).

E, com relação à (c1) ocupação, o levantamento das atividades que ocorrem no espaço leva em conta sua identificação, a quantidade de pessoas nelas envolvidas, bem como os lugares onde elas se encontram. Eventualmente esta modalidade de coleta de dados pode utilizar meios indiretos como a câmara fotográfica e cinematográfica.

Há, entretanto, outras técnicas complementares na coleta de informações a respeito da ocupação do espaço. Por exemplo. A pesquisa *Survey* consiste na aplicação de questionários e enquetes para saber a opinião e as preferências das pessoas a respeito de determinadas questões relativas ao uso do espaço. Outra modalidade de pesquisa é o diário. Compreende uma modalidade de levantamento que procura saber quais os espaços e tempos que os

usuários permanece ao longo de um período, em geral, o intervalo corresponde a um dia inteiro (24 horas).

Os processos de análise e interpretação do espaço-uso

Há dois processos correntes de interpretação de espaços construídos, um deles trata da reflexão e, o outro, da análise sistemática. O primeiro trabalha com a experiência a partir da vivência sensível e imediata do espaço. É balizado por três instâncias: a do próprio intérprete (subjetividade), a do mundo sensível (físico) e a do social (práticas coletivas). Trata-se da hermenêutica aplicada à arquitetura. Como já assinalamos, ela busca o significado e o rumo das atividades do espaço-uso.

De acordo com Gadamer (2009, p. 507), “originalmente a hermenêutica tem como tarefa, sobretudo a compreensão dos textos”. Mas, neste trabalho, ela é discutida com vistas à interpretação de outro universo, o espaço da arquitetura.

O processo hermêutico nasce de uma pergunta. É uma tentativa de se aproximar do que pode ser, mas ainda não é enquanto não se esgotam todas as alternativas de sua explicação. Ainda que se alcance uma explicação aceitável, outras perguntas poderão provocar novas explicações.

Por sua vez, o segundo processo, a análise sistemática do espaço, lida com o processamento e a interpretação de dados quantitativos a respeito do espaço em que são empregadas técnicas estatísticas. É denominado de processo sistemático-numérico.

Nele, a anunciação do problema dá início ao processo de levantamento e análise, enquanto, no compreensivo-interpretativo, impera a pergunta, o questionamento. Há diferenças substantivas entre a colocação do problema e a formulação da pergunta. A colocação do problema possibilita a verificação objetiva do espaço. Com o problema delineado, a hipótese é levantada para posterior confirmação ou negação.

Em suma, o processo sistemático-numérico tende a excluir as dúvidas permanentes e ainda as idiosincrasias humanas, enquanto o compreensivo-interpretativo não.

Com relação ao espaço da arquitetura, há entre estes dois processos um ponto em comum: o contato direto (experiência) do pesquisador-intérprete no e com o espaço-uso. A experiência facilita em muitos aspectos a decodificação dos dados coletados – uma das metas

JAIME GONÇALVES DE ALMEIDA

do processo sistemático-numérico – como, também, a busca do significado do espaço – da hermenêutica.

No entanto, quanto se trata dos seus fins, os dois métodos citados são divergentes. Vejamos algumas destas divergências. A análise sistemático-numérica envolve invariavelmente dados quantitativos a respeito das atividades e do ambiente ao longo do tempo. Tais processos exigem metas precisas e, sobretudo, a exclusão da subjetividade do pesquisador.

Todavia, na hermenêutica do espaço da arquitetura, o intérprete se envolve com o espaço em questão. Ele não somente questiona o que ocorre no espaço, como também as suas próprias suposições.

Os requisitos básicos para o emprego da hermenêutica, de acordo com Gadamer (2009), são os seguintes: em primeiro lugar, ter objetivos claros; em segundo, ter cautela, evitando precipitações; em terceiro, manter “distância temporal”, o mesmo que “decantação”; em quarto, considerar os pré-conceitos; e, em quinto, levar em conta a história.

Os dois primeiros requisitos – ter objetivos claros e cautela – se aplicam perfeitamente à análise do espaço da arquitetura especialmente dos espaços abertos dado que eles abrigam ações político-sociais que, em muitas ocasiões, acontecem à margem das instituições ou em sintonia com elas.

Contudo, o terceiro requisito – a decantação – deve ser mais bem avaliado, pois, a ocupação dos espaços abertos é imprevisível e está sujeita a transformações por vezes instantâneas, causadas por fatores sociais e físicos (climáticas). Mas Gadamer (idem) parece estar preocupado com algo permanente, isto é, com a consciência histórica do indivíduo que transcende o imediato, ou seja, as ações do dia-a-dia que ocorrem no espaço.

Quanto ao quarto requisito – pré-conceitos do intérprete –, Gadamer (2009) utiliza um conjunto de expressões para designar isso: “predisposições”, “projeto prévio”, “posição prévia”, “visão prévia”, “concepção prévia” e, ainda, “conceitos prévios”. O autor (idem), referindo-se a Heidegger, reconhece que tais condições são superáveis. Elas podem ser substituídas por outras no ato da interpretação. O autor (p. 356), seguindo Heidegger, insiste: “justamente todo esse constante re-projetar é que perfaz o movimento do sentido do compreender e do interpretar”. Ainda assim, o autor (p. 359) adverte que o intérprete deve “controlá-las e ganhar assim uma compreensão correta a partir das próprias coisas”.

E, por último, no quinto requisito comparece a história. Notamos anteriormente que o *modus operandi* dos espaços abertos estabelece uma sinergia com as atividades das instituições sociais nas quais eles estão acoplados. Assim, a análise histórica dessas

REVISTA DE ESTÉTICA E SEMIOTICA, BRASÍLIA, V. 1, N. 1 P. 21-38, JUL./DEZ. 2011

JAIME GONÇALVES DE ALMEIDA

instituições auxilia o pesquisador-intérprete no conhecimento dos espaços em questão (espaços abertos).

CONCLUSÕES

Um dos principais motivos que me incentivou a elaborar este trabalho foi constatar que, na literatura utilizada no ensino das escolas de arquitetura e urbanismo, o conceito de espaço é resumido ao projeto de arquitetura. No entanto, o conceito de espaço-uso a partir de Lefebvre (1995) supera esta dificuldade ao ampliar a noção de espaço e, em decorrência disto, abre possibilidade do ensino-aprendizagem de arquitetura e urbanismo voltar a colocar o “pé no chão”.

Neste trabalho, foram considerados os principais processos para a descrição e interpretação do espaço da arquitetura respectivamente o processo sistemático-numérico e o compreensivo-interpretativo e, também, sugeridas as correspondências entre as categorias analíticas do espaço determinadas por Lefebvre (*idem*) e as variáveis descritivas por Almeida (1994), quais sejam:

(a) a dimensão do vivido e físico, denominado de espaço representacional, com (a1) a variável ambiente que engloba as qualidades sensíveis do espaço como as do clima e habitar (lugar);

(b) a da concepção, ou seja, a representação espacial com (b1) a variável visibilidade, isto é, a geometria do espaço onde se evidencia o campo visual;

e, (c) a da percepção relativa ao conhecimento das práticas sociais estabelecidas na sociedade com a variável (a1) ocupação do espaço na qual se incluem suas atividades formais e informais.

Em síntese, as variáveis para o levantamento e descrição do espaço são: (a1) ambiente; (b1) visibilidade; e, (c1) ocupação.

Passaremos a elencar as regras de cada um daqueles processos utilizados para a descrição e conhecimento dos espaços. Com relação ao sistemático-numérico, após a delimitação do problema, seu passo a passo é o seguinte:

- a) Planejamento da pesquisa, onde é realizada a classificação das atividades; previsão de pessoal para o levantamento; escolha dos lugares a serem visitados;

estabelecimento das visitas, entre outras providências; e, como foi notado, existe ainda a opção de se modelar matematicamente a pesquisa;

- b) Estudo piloto é uma prática usual que acontece antes da realização da pesquisa propriamente dita; nele são examinadas, por exemplo, as técnicas de coleta dos dados;
- c) Coleta de dados que ocorre no trabalho de campo (visitas);
- d) Tabulação de dados compreende a preparação e sistematização dos dados colhidos na forma de mapas e tabelas de ocupação do espaço para análise;
- e) Processamento de dados consiste de um modo geral na utilização da estatística a fim de se obter padrões de ocupação do espaço;
- f) Análise dos dados sistematizados é o momento crucial do trabalho, onde o pesquisador-intérprete procura, a partir dos dados processados, explicar ou apontar soluções para o problema levantado.

O processo compreensivo-interpretativo, em especial a hermenêutica, possui regras diferenciadas de trabalho. Cabe inicialmente observar que as regras hermenêuticas elencadas a seguir foram selecionadas de Gadamer (2007). Elas não têm a mais leve intenção de abarcar o universo apresentado por ele. Selecionamos algumas delas que a nosso ver poderiam ser utilizadas na hermenêutica do espaço-uso em arquitetura e urbanismo especialmente de seus espaços abertos.

Vale notar que estas regras não estão colocadas em ordem de importância. Não obstante, as três primeiras regras – (a), (b) e (c) – são capitais para o início do processo de interpretação do espaço. As demais regras – (d), (e), (f) e (g) – podem funcionar como qualificadoras daquela leitura. São elas:

- a) Experiência e vivência: refere-se ao pertencimento (identificação) do intérprete com o ambiente (atividades, pessoas e espaço);
- b) Interpelação e pergunta: trata-se da delimitação do trabalho que dá início ao jogo dialético entre o intérprete ou pesquisador e o espaço-uso; lembre-se que a pergunta para a hermenêutica é mais importante do que a (s) resposta (s) obtida(s);
- c) Horizonte: compreende o estabelecimento de uma intencionalidade abrangente que deve orientar o intérprete na compreensão e interpretação da situação analisada (espaço); para Gadamer (2009), horizonte significa “visão panorâmica” e “cosmovisão”;
- d) Sensibilidade, percepção e bom senso: estas regras não somente balizam o levantamento e análise do espaço, mas, segundo Gadamer (idem, p.53), levam o

intérprete a “manter-se aberto para o diferente, para os outros pontos de vistas universais”, ou seja, para a alteridade;

- e) Objetividade: é uma regra utilizada no estabelecimento e, também, o controle da “pré-compreensão” (Gadamer, 2009);
- f) Decifração: orienta o intérprete na busca daquilo que está em jogo e no delineamento de seu significado sendo utilizados recursos como a imaginação e adivinhação;
- g) História: Gadamer (2009, p. 169) nota que é o nosso “sistema de valores” quem assegura o “nexo histórico” e transcende o instante e, sobretudo, o “fluir incessante das transformações” em “fato histórico”; para ele (idem, p. 167), “cada instante é um instante de transição, quer dizer, um subir e baixar de duas realidades, uma realidade que decai e se dissolve e outra que chega e devém”. Enfim, a historicidade, para o autor, compreende a nossa presença e, com ela, o vivenciar e experimentar diretamente os acontecimentos, da vida.

Entretanto, este entendimento da história calcado essencialmente no pesquisador-intérprete, pode visto de outro ângulo quando o próprio Gadamer (2009, p. 41) afirma que “tudo que há de objetivo na vida humana repousa no trabalho da vida, formador do pensamento, e não num sujeito epistemológico”.

Neste sentido, o processo sistemático-numérico explica o como os espaços são ocupados ao longo do tempo e notadamente no aqui e no agora do espaço-uso, ou melhor, nas suas condições visíveis (positividade). Radiografa muito bem a realidade tangível do espaço-uso de forma a mais realista possível.

Entretanto, a hermenêutica explica o porquê da ocupação do espaço. Trata ainda de compreendê-la partindo do universo intangível, o próprio pesquisador-intérprete. Considera sua visão de mundo e suas estratégias de conhecimento. Mas seu foco é na significação. Pois, segundo Gadamer (2009, p. 46), a “existência histórica guarda sempre uma situação, uma perspectiva e um horizonte”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Leon B. *The Ten Books of Architecture*. New York: Dover Publications, Inc., 1986. The 1775 Leoni Edition.

JAIME GONÇALVES DE ALMEIDA

ALMEIDA, Jaime G. *Public Space, Utilization and Environment: a study of large building in an educational establishment*. Tese de Doutorado. London: Graduate School, Architectural Association School of Architecture - AA, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (Trad. Y. F. Vieira) São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

BOLLNOW, Otto F. *Hombre y Espacio*. (Trad. J. L. de Asiain y Martín) Barcelona: Editorial Labor, S. A., 1969.

BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la Arquitectura Moderna*. (Versión castellana M. Galfette e J. D. de Atauri) Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S. A., 1974.

BOBBIO, Noberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. (Trad. J. Ferreira – coordenador, C. C. Varrialle, G. Lo Mônica, L. G. P. Cacaís) Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

LEFEBVRE, Henry. *The Production of Space*. (Transl. D. Nicholson-Smith) Oxford - UK, Cambridge - USA: Blackwell Publish Inc., 1995.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. (Trad. F. P. Meurer e Revisão E. P. Giachini) Petrópolis, RJ: Editora Universitária São Francisco, 2007.

———. *Verdade e Método: complementos e índice*. (Trad. E. P. Giachini e Revisão da Trad. M. S. Cavalcanti-Achuback) Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

GIDEON, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the growth of a new tradition*. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1954.

HEIDGGER, Martin. *Ensaaios e Conferências*. (Trad. E. Carneiro Leão, G. Fogel e M. S. C. Schubak) Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. (Trad. de R. Sant'anna) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro 1, volume 1: O Processo de Produção do Capital.

ORLANDI, Eni P. (Org.) *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. S. Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 2008.

THE OXFORD COMPANION TO PHILOSOPHY. (Edited by T. Honderich) Oxford, New York: Oxford University Press, 1995.

VITRUVIUS. *The Ten Books on Architecture*. (Transl. M. H. Morgan) Canada, United Kingdom: General Publishing Company, Ltd., Constable and Company, Ltd., 1960.

ZEVI, Bruno. *Saber Ver la Arquitectura; ensayo sobre la interpretación espacial del arquitectura*. (Trad.: C. Calcaprina e J. B. Goday). Buenos Aires: Editorial Poseidon, 1958.

Nota do Editor: Atendendo a uma sugestão do autor do presente artigo, venho aqui registrar um pequeno problema terminológico nas traduções de Heidegger para o português no que se refer ao termo *wohnen* e *Wohnung*: “habitar” e “habitação”, usada especialmente a partir da metade do trabalho. Se não há sinônimos perfeitos e cada palavra tem sua nuance de significação, “habitar” tem a vantagem de se aproximar de “hábito” e “habitual”, que em alemão seria *gewoehnlich* no sentido de comumente, mas aponta para o *habitat*, que é usado antes para animais do que para seres humanos. Não é, porém, a mesma coisa uma habitação e uma moradia. Ao contrário do que tem sido em geral traduzido e usado, *wohnen* em alemão significa antes morar do que habitar; *Wohnung* significa antes moradia do que mera habitação. Habitação é um termo usado para casas padrão, tipo BNH, enquanto Heidegger queria se referir a um sentimento de familiaridade, de localização, de estar no mundo em algum lugar, com um modo de entendimento do mundo, do qual a construção seria uma extensão prática. A habitação está para a casa assim como a moradia está para o lar. Heidegger insiste no fim do ensaio *Bauen Wohnen Denken*, que morar significar entender, compreender, o que existe na linguagem popular brasileira, na qual morar significa captar, entender, chegar ao mesmo ponto que o autor da assertiva, como já sabia Roberto Carlos, algo que não perceberam os tradutores que optaram por habitar e habitação.

Flávio R. Kothe